

**( ) Graduação ( x ) Pós-Graduação**

**ITINERÁRIO DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SERRINHA/RN – 1997 A 2021:  
semântica discursiva e produção da indiferença em relação à educação no campo.**

**Josenildo da Silva Lemos  
UFMS**

**josenildolemoscienciassociais@gmail.com**

**RESUMO**

Este estudo objetiva analisar o itinerário educacional do Município de Serrinha-RN, as práticas voltadas para educação no campo e/ou rural. Busca-se interpretar como se dá a organização desse espaço que sinaliza em sua trajetória um rompimento com as tendências dos estudos de educação rural e/ou no campo, embora apresente um discurso semântico de convergência com os estabelecidos pela legislação educacional. Foram utilizadas, para realizar essa pesquisa, as contribuições de Michael Herzfeld para os estudos das práticas individuais e coletivas. Uma análise da estrutura posta formalmente e das ações constituídas a partir de indivíduos e suas atribuições. A coleta de dados adota como metodologias o levantamento de documentos, artigos científicos, informações sobre organização populacional e censo escolar. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturada e de narrativa com dois professores e um coordenador. Os depoimentos foram analisados com base na metodologia de análise de conteúdo de *Laurence Bardin*. Buscou-se compreender como no espaço onde a pedagogia da alternância e o ruralismo pedagógico é algo “totalmente desconhecido” e nessa sequência a ausência de ações de mobilização impulsionadas por movimentos de militância no campo a exemplo do empreendido pelo MST. Como dentro deste universo de distanciamento é vivenciada a escola no campo e as perspectivas de continuidade e descontinuidade de ações para essa realidade da escola do campo? Constatou-se que essa distância não foi suficiente para proteger a escola do campo dos processos de legitimação de uma educação para a cidade, instituída pela forma de violência simbólica e atrelada a construção social da indiferença, oferecida pelo Estado burocrático, e tendo como principal agente o professor.

**Palavras-chave:** Ideologia; Indiferença; Burocracia; Educação no Campo.

## 1 INTRODUÇÃO

A busca pela compreensão dos resultados e aplicações da educação formal oferecida a qualquer população, em especial, a educação para alunos do campo, requer do pesquisador um olhar observador e atento sobre o que Cambi (1999) chama de as três revoluções em historiografia, quais sejam: métodos, tempo e documentos.

Quando trabalhando com dados historiográficos, que envolve um processo de construção e inclusão de ações aplicadas ao fazer educacional, se torna necessário considerar a ação conjunta que a revolução dos métodos, com toda a pluralidade existente e as interpretações atribuídas, traz para a compreensão dos fatos e dos dados coletados. A revolução do tempo, que promove uma distinção clara entre o tempo artificial do relógio e a temporalidade histórica. Precisa-se manter a sensibilidade para a distinção entre dados que se coletam da cronologia artificial. Exemplo: prazos para execução de atividades, projetos e planos. E o que é mensurado no campo da Temporalidade. Exemplo: Dados coletados sobre a permanência da população no campo ao longo da história do município. Deixando claro o que se produz em sentido cronológico e temporal, para assim, poder avaliar a influência ou não de um sobre o outro. E por fim o estabelecido pela revolução dos documentos. Os efeitos de interpretação dados às leis, normas e regras e, ao mesmo tempo, a incorporação nessa trajetória da memória coletiva e individual (CAMBI, 1999, p. 24-29).

Dessa maneira torna-se necessário analisar os dados, leis, documentos e trazer junto à voz das pessoas que estão escaladas para “jogar” nesse espaço numa interpretação bourdieusiana. Para Bourdieu (1983) o agente social com seu *habitus* adquirido através de experiências vivenciadas nos espaços sociais do qual pertenceu ou pertence, desenvolve certa habilidade para o jogo social (SCHENATO, 2011, p. 43).

Posto que a educação rural e/ou no campo, que tem sua historiografia repleta de interpretações acerca da efetivação no Brasil, desde o estabelecido pelos movimentos sociais organizados na Via Campesina-Brasil ao posto pela Pedagogia da Alternância (RIBEIRO, 2008). É necessário perceber, que entre as várias interpretações dadas à perspectiva de educação para o aluno do campo, duas tem destaque e importância para este trabalho que foca na educação no campo do Brasil, Alternância e Ruralismo Pedagógico.

A partir de 1960, o Estado vai interferir diretamente na política de ensino, movido pela situação de desemprego, naquele momento, voltando-se para a Pedagogia da Alternância que já estava consolidada no Brasil e era conhecida da sociedade. Para esta pesquisa importa compreender que todo o processo de intervenção do Estado por essa via, parte da ideologia de

fixação do homem no campo por meio da pedagogia.

O ruralismo pedagógico, proveniente da década de 1930, quando o Brasil passava por dificuldades decorrentes do campo econômico e político defendia a fixação do homem no campo como estratégia econômica e social em combate a crise interna no Brasil. Destacando-se nessa defesa os pensadores Sud Menucci, Carneiro Leão, Alberto Torres, Ribeiro Couto, Francisco Faria Neto e Luiz Pereira, dentre outros. Deste momento vale destacar a defesa de um processo de nacionalização do território brasileiro pelo ensino público. E do outro lado Anísio Teixeira com a defesa da industrialização (NETO, 2016, p.15). Aqui na trilha historiográfica, Maria Nobre Damasceno e Bernadete Beserra vai lembrar que “paradoxalmente a educação rural no Brasil torna-se objeto do interesse do Estado justamente num momento em que as atenções e esperanças se voltam para o urbano e a ênfase recai sobre o desenvolvimento industrial” (DAMASCENO; BESERRA, 2004, p. 75).

É relevante considerar para o entendimento deste artigo as duas tendências de estudos de educação rural no Brasil. A que considera os estudos de educação rural com foco de 1981 a 1998, voltado para discussão sobre o problema da educação rural da perspectiva da população a que se destina e essa tendência se consolidam com o surgimento do Movimento dos Sem-Terra (MST), gestação dos movimentos camponeses de 1950-1960. E o posto pela interpretação que parte de movimentos sociais e que procura atender o princípio da educação do ensino aos interesses das populações rurais. Um conjunto de saber proposto por uma vertente ideológica que defende ser preciso considerar, o conjunto de saber, historicamente produzidos e gerados pelos atores e por suas práticas. Nesse pensamento, novos processos educacionais são permanentemente elaborados, fruto das diversificadas condições de vida e trabalho.

Desta vertente temos as seguintes contribuições: Brandão (1997); Caldart (2000, 1997, 1996, 1995); Calado (1993); Damasceno (1998, 1994, 1992, 1990); Furtado (2000); Grzbowski, (1986, 1982); Souza (1989); Therrien (1991); Vendramini (1997); Damasceno; Beserra (2004), estes autores de acordo com Damasceno e Beserra (2004), trazem aporte para aprofundamento no desenvolvimento das ideias dessa vertente.

Esta última vertente se destaca por ter como base a ideia de que “o ato de repensar a educação deve ser mediado pelos interesses do grupo a quem ela se destina, especialmente por aqueles interesses expressos através dos movimentos sociais, posto ser esta a instância de compreensão e reelaboração dos atores envolvidos” (CALDART, 1999 *apud* DAMASCENO; BESERRA, 2004, p. 73). Aqui são construídos os elementos que fomentam militância nos campos temáticos de Educação e Trabalho Rural, Extensão Rural e Relação de gênero. Um

protagonista de atuação contemporânea nesta perspectiva é o Movimento dos Sem Terra (MST). Esse processo é interpretado por Damasceno e Beserra (2004) como um momento em que a educação rural deixa de fazer parte apenas de um plano geral de desenvolvimento da nação e torna-se uma reivindicação de uma classe social.

Ao investigar o itinerário educacional do Município de Serrinha, no Rio Grande do Norte (RN), com vistas a compreender as práticas voltadas para educação no campo e/ou rural, busca-se identificar elementos de singularidades e tipicidades que estão presentes no município, mas que podem ser tipificadas em outras realidades do território brasileiro. É importante perceber que as contribuições teóricas existentes sobre a educação no campo são elementos de muita importância, porém, é necessário identificar quanto sua elasticidade é capaz de comportar a multiplicidade de realidades posta no território brasileiro em especial os pequenos municípios do interior do Brasil, que apresentam uma realidade rural e urbana extremamente conectada gerando um hibridismo de vivências no campo e na cidade.

Este artigo está organizado, iniciando por esta introdução, seguida da etnografia do espaço, a terceira parte traz uma apresentação teórica sobre a produção da indiferença e burocracia no serviço público, apontando os possíveis danos à proposta de educação no campo, algumas constatações do espaço pesquisado e análises das entrevistas, a relação e/ou distorção entre o que determina a lei, o lugar de fala dos entrevistados e o que se faz de fato. Foram entrevistados na pesquisa o coordenador geral do município e dois professores da rede municipal de ensino, sendo que um dos professores também atua na rede estadual no município. Neste artigo, o nome dos entrevistados não será relatado e/ou serão relatados com nomes fictícios e, por fim, as conclusões deste estudo.

## **2 ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS: SINGULARIDADES E TIPICIDADES DO OBJETO DE PESQUISA**

No contexto da pesquisa torna-se relevante considerar a realidade populacional do Rio Grande do Norte (RN). Um dos vinte e seis estados que compõe o território brasileiro e está localizado ao Nordeste da região Nordeste, entre o Estado da Paraíba e Ceará. É um dos menores Estados do Brasil, com uma área de 53.077,3 km, ocupando 3,41% da região Nordeste e cerca de 0,62% do território brasileiro. Politicamente está dividido em 167 municípios (IBGE, 2021).

A população do RN, segundo dados do Censo demográfico de 2000, era de 2.776.782 habitantes, sendo 2.036.673 na zona urbana e 740.109 habitantes na zona rural. É perceptível



que a população rural do estado, que até a década de 1970, era superior à urbana, foi reduzida devido à migração “campo-cidade” que a partir de 1970 foi crescendo, contribuindo para os 73,35% da população que se concentram na área urbana, enquanto apenas 26,65% concentram-se na área rural. No período de 1991-2000 o fenômeno migratório ocorreu lentamente, provavelmente, em decorrência dos programas de assentamento rural, que estimularam e viabilizaram a permanência do sujeito no campo (LEMOS, 2017). O Brasil apresenta uma estrutura fundiária altamente concentrada, fruto do processo histórico de ocupação de suas terras pelo sistema de capitanias hereditárias e sesmarias; e pela implementação da lei de terras de 1850, que garantiu a legalidade do direito à propriedade privada da terra, e restringiu o acesso à terra apenas às pessoas que pudessem comprá-la, impedindo que grande parte da população rural pobre adquirisse a posse onde residia (MARTINS & SANTOS, 2013).

Os dados do censo de 2010 apresentam, no RN, uma população total de 2.777.509 sendo 2.033.775 residentes na zona urbana e 743.733 na zona rural, verificamos que a situação vem se perpetuando, embora a população rural tenha tido uma pequena elevação percentual de 26,65% para 26,77% e na população urbana exista uma pequena queda dos 73,35% do censo de 2000 para 73,22% no censo de 2010, se comparamos o crescimento da população rural com o da população urbana verificamos que o cenário continua praticamente o mesmo de 2000, embora o cenário geral mostre que no RN a população rural vem aumentando, enquanto a população urbana tem uma leve queda. Em 2021, o IBGE apontou que a população do Rio Grande do Norte foi estimada em 3.560.903 de habitantes, o que corresponde a cerca de 1,6% da população brasileira. A estimativa com o total de habitantes dos estados brasileiros se refere a 1º de julho de 2021 e foi publicada no Diário Oficial da União em 27 de agosto de 2021 (IBGE, 2021).

O estudo, que tem informações de todos os 5.570 municípios brasileiros, mostrou que 67,7% dos municípios (3.770) têm menos de 20 mil habitantes e concentram 14,8% da população, com 31,6 milhões de habitantes. De acordo com o IBGE, os dados de 2021 indicam que mais da metade da população brasileira (57,7%), ou seja, 123 milhões de habitantes se concentram em apenas 326 municípios (5,8% dos municípios), que tem mais de 100 mil habitantes (BRASIL, 2021).

Os dados levantados pelo IBGE, sobre a realidade do RN e do território nacional desde 2000 apontam o óbvio da conjuntura social brasileira: um país que mantém suas bases ideológicas de governo atreladas a produção industrial do final do século XIX e, dessa maneira, fomenta na população o modelo de vida que parte da realidade da fábrica e não do

campo. Não é uma questão de fixar o homem no campo por meio da educação, mas de promover uma estrutura social voltada para possibilidades várias de inclusão da pessoa, seja no campo ou na cidade. Berger e Luckmann (1985, p.74-75) afirmam em que “o processo de tornar-se homem efetua-se na correlação com o ambiente [...] o ser humano em desenvolvimento não somente se correlaciona com um ambiente natural particular, mas também com uma ordem cultural e social específica [...] O *homo sapiens* é sempre, e na mesma medida, *homo socius*”. E no contexto da pesquisa em questão é fundamental perceber nas relações estabelecidas, as construções sociais e como elas se aplicam na realidade social local. No campo ou na cidade as pessoas se orientam por meio das relações e por meio das referências estabelecem suas conexões com fazeres e atitudes, inclusive articulando práticas dentro e fora do espaço escolar.

Diante das perspectivas teóricas apresentadas em favor da permanência do homem no campo por meio de processos pedagógicos, seja pela Via Campesina-Brasil ao posto pela Pedagogia da Alternância, fica latente o questionamento: tais propostas têm potencial suficiente de estabelecer a condição de permanência do estudante no campo, fornecendo estruturas universais (condições para além da sala de aulas) de ações pedagógicas para o estudante do campo? Considerando que este estudante vivencia um conjunto de relações que objetiva subordinar a modelos de vida na cidade, enquanto a vida no campo coloca-lhe barreiras quase intransponíveis a permanência e de alguma maneira impulsionando ainda mais estes jovens ao ideário de vida na cidade.

O município de Serrinha, que está localizado na microrregião homônima, do Agreste Potiguar, possui uma área total de 193,351 Km<sup>2</sup> e população estimada de 6.128 pessoas. Distante, aproximadamente, 30 quilômetros da BR – 101 e 69 quilômetros de Natal, que é a capital e o maior centro comercial e industrial do Estado.

Serrinha limita-se com Lagoa D’anta, Lagoa Salgada, Santo Antônio, Lagoa de Pedras, Boa Saúde e São José de Campestre. Em 2000 residiam no município 7.621 pessoas, sendo 2.177 na zona urbana, e 5.444 no setor rural. Já em 1980, quando foi realizado um censo pelo IBGE e a população do município era de 6.322 e na década de 1990 quando a população passou para 6.760 já existia uma argumentação defendida pela gestão municipal e firmada pelos estatísticos locais de que a baixa no crescimento demográfico do município poderia ser devido ao deslocamento da população para os centros urbanos maiores em busca de ocupação e de melhores condições de vida. E de fato é possível constatar que várias famílias do município, tanto da cidade quanto do campo, têm filhos e/ou parentes que trabalham no polo urbano da grande Natal e que acabam ajudando nas despesas da

manutenção da família (LEMOS, 2017).

É possível verificar que o município de Serrinha vem perdendo habitantes, tanto no setor rural quanto no urbano. Esse fenômeno, talvez se deva ao fato de no município o índice de investimento na geração de emprego e renda, por parte dos gestores municipais e pelos setores privados, sejam insuficientes para garantia da permanência das pessoas em idade de trabalho no município, afetando diretamente a capacidade de consumo dos que ali reside. Outro fato relevante é a não efetivação plena do único plano de desenvolvimento para o município, que foi elaborado para ser executado nos anos de 1997 a 2001, na época 10.033.000,00 (dez milhões e trinta e três mil reais) que seriam aplicados no fomento ao desenvolvimento agroindustrial e comercial (PMDSS, 1997), que tinha como um dos principais objetivos, a permanência da população no município.

Uma histórica perpetuação no poder de oligarquias familiares que se revezam numa administração ineficiente e pautada na burocratização e na indiferença com seus cidadãos, tem gerado um *déficit* social que se repercute no atraso transvestido de pacacidade.

O pertencimento a famílias com tradição na política viabiliza o ingresso nas estruturas de poder político por acessar o capital político construído como o *negócio* da família. Há que se questionar essa prática, a despeito da tradição e do perfil ideológico do grupo familiar e/ou suas lideranças, isto porque se perde o *princípio da igualdade de condições* para outros sujeitos postularem mandatos no parlamento e no executivo e expressarem outros interesses ou compromissos mais amplos. (NOBRE, 2017, p.2).

Este é o cenário que aparentemente o Município de Serrinha tem vivenciado em sua trajetória histórica.

Na zona rural, há uma tendência ao agravamento dos problemas gerados com a ineficiência administrativa que se mantém numa estrutura de dominação, que se firma na dependência criada propositalmente para garantia da subordinação eleitoral de agentes sociais que vivem, precariamente necessitando de favores políticos, principalmente no que se referem à assistência social. Esta situação se agrava ainda mais em tempos de estiagem e/ou de chuvas irregulares, onde populações de sítios e povoados ficam à mercê do abastecimento de carro pipa, para ter garantido a água potável para o consumo humano, e pior ainda é a situação dos animais, que tem como alternativa água de qualidade muito inferior, com grande concentração de salubridade, oferecida devido à perfuração de poços artesanais, que tiveram sua escavação, em grande parte, nas terras de grandes proprietários, que amigos dos gestores municipais da época, tiveram garantido o abastecimento da água para seus rebanhos e a valorização de seus empreendimentos agrários. Como relatado por Santiago (2017), não há interesse na base do sistema de dominação e nessas regiões em se promover a emancipação e a autonomia dessas

populações, onde:

A dependência é a base da compra do voto com carros pipa, doação de sementes, o uso de máquinas agrícolas para abertura ou conservação de estradas vicinais, recuperação de pequenos açudes, nada que, porém, represente a superação em definitivo da submissão do homem aos fenômenos climáticos conhecidos. A propriedade fundiária não é democratizada sem a reforma agrária. Os fundos financeiros disponíveis são manejados pelos grupos de poder locais e regionais, os mesmos que manipulam as indicações de gerentes, gestores, secretários e dirigentes de órgãos federais e estaduais na região de modo a servirem às suas estruturas de poder (SANTIAGO, 2017, p. 2).

A economia de Serrinha é essencialmente fundamentada nas atividades agropecuária e extrativista, as quais ocupam aproximadamente, 86% da população economicamente ativa. Uma economia típica da região semiárida do nordeste brasileiro, onde predomina a agricultura de sequeiro, com baixos níveis de produtividade e ciclicamente sujeita a irregularidades climáticas, que reduzem drasticamente a produção agropecuária e as oportunidades de ocupação no campo (PMDSS, 1997). Em síntese o Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Serrinha (PMDSS) não teve sucesso na exclusão dos projetos e metas, não foi revisado, nem dado sequência. Desde aquele momento Serrinha/RN este restrito a programas de gestão e a descontinuidade próprias desta forma de administração, e até o momento, não foi apresentado nenhum outro plano de desenvolvimento para o município.

### **3 A PRODUÇÃO SOCIAL DA INDIFERENÇA E A EDUCAÇÃO NO CAMPO**

Ao observar o cotidiano no Brasil, é possível verificar com certa frequência, uma relação entre a vida das pessoas e os processos burocráticos. Sejam conscientes ou não, as pessoas sempre irão apresentar alguma experiência vivenciada em circunstâncias determinantes pela burocracia, sempre iremos ouvir narrativas justificadas pelo universo burocrático e pela “produção social da indiferença”. E no “*locus*” da realidade escolar também se estabelece estas narrativas.

O propósito dessa reflexão é desenvolver o mote empregado por Michael Herzfeld na obra *A produção social da indiferença*. Nesse sentido, trata-se de “*esferas de indiferença*” um caminho que se estabelece neste diálogo pela relação do “O eu e O Estado”, aqui relacionado à “*performance*”, as relações dentro da escola, enquanto instituição representativo do Estado. E as pessoas, que são parte significativa neste processo, sejam como usuários ou como servidores no espaço de construção dos fazeres da escola. Relacionando a este contexto a compreensão que “O princípio da indiferença”— tras na perspectiva de Herzfeld — que confere aos humanos uma dupla capacidade: considerar o



mundo como constitutivamente indiferente e instituir em seu domínio marcas específicas e humanas de diferenciação e, por extensão, de indiferença. (LESSA, 2009, p. 1).

Embora não tenha como objetivo esgotar o debate em torno dessa questão, dada à amplitude e possibilidades cognitivas do tema, na educação, temos uma relação direta com o processo “burocrático”. A produção de material, planilhas escritas em papel ou em plataformas de computadores, atas de reuniões, planos de aulas, frequência de alunos, correções de atividades, matrículas a realizar, prestação de contas de gastos, elaboração de projetos, entre outras tantas demandas que comportam o universo burocrático que permeiam o dia-a-dia de professores, funcionários, e direção de uma escola. E do outro lado está o aluno e seus familiares, que em algum momento irão relacionar-se diretamente com este corpo burocrático ao qual se atribuiu o nome universal de Escola.

Para muitas dessas pessoas, é o primeiro contato com o mundo do conhecimento, do além do meu espaço, o lugar do rompimento com o universo da casa, da família, da comunidade próxima e/ou primeira. Lá onde o outro se distancia de mim pelo diferente que é, ou que parece ser, e por mostrar conexões que parecem superiores ao meu universo de relações, de aproximações. Em última instância, o intuito mais elementar de qualquer burocrata ou burocracia não é a eficiência racional, mas a sobrevivência organizacional e individual. Estaríamos num espaço bem propício às negociações entre clientes e burocratas nos estabelecidos pela “teodiceia secular”, um espaço que se configura pelas conexões explicativas e pelos papéis das convenções (HERZFELD, 2016).

No universo da semântica discursiva muitos buscam justificar esse processo como algo necessário e fundamental ao exercício de um serviço de qualidade, uma escola organizada, comprometida com o aluno e sua família, uma escola que zela pelo funcionário e por seu objetivo maior, o aluno. Outros enxergaram nesse processo a dificuldade de compreensão, o fardo diário de ter que cumprir metas aparentemente inatingíveis, um processo danoso e enfadonho que exclui e elimina, aflige e desgasta. Em ambas as justificativas, o enlace da burocracia toma seu rumo no campo das ideias, do pensamento, das opiniões. E, diante de tudo isso, ser indiferente, negar qualquer possibilidade, ante tudo que deve ser feito ou não, é uma possibilidade. Estamos diante de uma “luta simbólica comum”. Como posto por Michael Herzfeld (2016), ainda que se tente separar de forma maniqueísta em uma luta do bem com o mal, “todos estão implicados na utilização das mesmas armas”. O professor pode negar em si esse pertencimento, fazendo-se alheio a tudo que o cerca. Superior em tudo e a tudo, detentor do “domínio de sala”, dono do saber. O aluno, esse dono de si que é, pode agir indiferentemente a tudo que se propõe. Quebrar regras, normas, afinal, para que

elas existem, se não para serem quebradas? E o funcionário escolar, esse ser maravilhoso, doutor de um balcão que o separa do resto dos mortais. Ninguém passará pelo chão da escola, sem que em algum momento tenha que estar de frente ao balcão. Necessitando de alguma coisa escrita, carimbada e assinada. E, dessa mineira, “nem todos os encontros burocráticos são lúgubres; para alguns indivíduos de sorte, o sistema funciona sempre” (HERZFELD, 2016).

Quando tratamos do cotidiano escolar, devemos considerar que a escola é uma célula da sociedade e como tal está implicada em um universo de relações e participações que por um lado burocratiza e desumaniza e por outro produz humanidades e abertura para conexões outras de rompimentos. Assim evidenciado pela realidade da vida cotidiana em *A construção Social da realidade* de Berger e Luckmann. Onde “a realidade da vida cotidiana está organizada em torno do “aqui” de meu corpo e do “agora” do meu presente. Este “aqui e agora” é o foco de minha atenção à realidade da vida cotidiana” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 39). E buscando compreender essa realidade do cotidiano nas experiências do dia a dia destacam que “a realidade da vida diária, não se esgota nessas presenças imediatas, mas abraça fenômenos que não estão presentes “aqui e agora”. Isto quer dizer que experimento a vida cotidiana em diferentes graus de aproximação e distância, espacial e temporalmente” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 39).

O espaço da escola que tem em sua complexidade representativa o Estado e em sentido maior sua burocracia, que por se, configura um espaço de símbolos evocativos, repressores ou não. Construtos de produção da indiferença. Esse mesmo espaço pode estabelecer por meio das relações e conexões com o saber uma abertura do agir crítico, onde as pessoas possam, por meio do cotidiano, experimentar novas configurações de rompimentos com o posto nas relações veladas e articuladas pelas máscaras do cotidiano de Erving Goffman (2007). O autor em *A representação do Eu na vida Cotidiana* afirma que vivemos como em um palco, em que tudo se mostra simulado, mas as coisas que surgem na vida real nem sempre conseguem ser bem ensaiadas. Entretanto, estamos sempre a tentar controlar o modo como os outros nos veem, por meio de uma rotina de comportamentos irrefletida. Em uma tentativa parecermos melhor do que de fato somos como uma fachada de maneira regulada e fixa. NIZET, Jean & RIGAUX, Natalie (2016).

#### **4 CONSTATAÇÕES E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS:**

As entrevistas em análise foram coletadas por meio de relato oral do Coordenado geral do município, Entrevistado I (2020, informação verbal); Professora e ex-coordenadora pedagógica de escola, Entrevistado II (2021, informação verbal); e professora vice diretora de escola Entrevistado III (2021, informação verbal). Tomaremos as análises das falas dessa maneira para garantir a privacidade dos entrevistados.

Serrinha tem sete estabelecimentos de ensino fundamental dos quais quatro são Núcleos de Escola do Campo implantados em 2012. Porém, não existe nenhum currículo específico ou ação formativa e/ou pedagógica que diferencie o ensino oferecido nesses núcleos. Também não é claro para os entrevistados a razão de ser da criação dos núcleos. Quando questionados sobre o motivo de os núcleos terem sido criados no município a resposta, tanto o Entrevistado I (2020, informação verbal), como Entrevistado II (2021, informação verbal) e o Entrevistado III (2021, informação verbal) são a mesma resposta: “Para facilitar o acesso das crianças do campo à escola”.

No entanto, a fala dos entrevistados é desqualificada pela própria estrutura organizacional da educação do município.

A escola que fica na sede do município também recebe uma significativa quantidade de alunos vindos de comunidades rurais, e com frequência esses alunos passam por transtornos em relação ao transporte escolar, que chegam a ficar dias sequenciados sem passar nas comunidades, sobre a alegação de estar quebrado. Observa-se, pela ausência de clareza nas informações repassadas aos professores, falta de documentos que priorize a educação no campo, ausência de monitoramento e avaliação das práticas pedagógicas, que gestões têm buscado adequar à realidade local ao que convém em investimentos externos e ao que determina as instâncias federal e estadual, com isso, não existe preocupação em construir um plano pedagógico que contemple o aluno do campo na prática. Bastando cumprir com os trâmites burocráticos demandados nos papéis, uma vez que é consenso que nunca haverá investigação sobre as práticas pedagógicas.

O município tem apenas uma escola de nível médio que esta sobre a responsabilidade do estado. A instituição recebe os estudantes tanto da cidade quanto da zona rural. A escola também trabalha com o currículo regular e tem mais de 80% de seus alunos vindos do campo. Em 2020, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostraram 990 matrículas na rede municipal de ensino e 282 na rede estadual. Um quadro de 62 professores da rede municipal e 15 da rede estadual (IBGE, 2022).

Outro ponto preocupante foi à realidade instaurada em decorrência da pandemia do Covid-19, a partir de março de 2020. Todas as escolas entraram na modalidade remota de

ensino e os alunos do campo ficaram limitados por questões de inclusão digital, dificuldades em relação à cobertura da internet e, também, problemas de ordem socioeconômica. Como alternativa os professores organizavam as atividades impressas para que esses alunos fizessem. E os que tinham acesso à internet poderiam ter aulas virtuais. Esse processo automaticamente dividiu os alunos em duas categorias e conseqüentemente os processos de prejuízos no rendimento escolar foram expostos. Os alunos do campo foram os mais afetados nesta situação, em virtude das distâncias e das dificuldades decorrentes. Primeiro por não ter acesso a uma internet de qualidade e depois por não ter um direcionamento claro em relação às práticas de ensino que favorecessem esse público.

Algumas singularidades percebidas a partir de observações etnográficas são necessárias pontuar em relação ao município de Serrinha/RN. De natureza rural-urbano, é comum encontrar famílias na cidade que vivem da agricultura familiar. Mantendo um dualismo entre vida urbana e rural, essas pessoas mantêm suas roças, pequenas criações e, ao mesmo tempo, têm suas residências na cidade ou aqueles que por não conseguir aporte financeiro ou um patrão que tenha terras na zona rural, tentam manter suas pequenas criações no fundo de quintal ou mesmo solto as margens de estradas e terrenos loteados, ainda não construídos, no entorno da cidade.

Outra singularidade de serrinha é a diversidade de modalidades de habitação no campo. Tem comunidades que estão com um declínio populacional, comunidades com sítiantes e casa distantes umas das outras, agrupamentos residenciais da mesma família em formato de clã e pequenos núcleos comunitários que se assemelham ao espaço urbano, com as mesmas características da cidade. Outra informação importante a considerar para esta pesquisa é o fato de embora um município de natureza agroextrativista, Serrinha não tem histórico de lutas sociais marcantes no espaço do campo. O sindicato rural, com sede na cidade, sempre esteve atrelado às estruturas de mandonismo e oligarquias políticas do município.

A própria estrutura sindical está pautada num revezamento do poder que sempre se mantém no domínio de uma família e seus agregados. Embora no município exista assentamento agrário, o MST e nenhum outro grupo de militância rural esteve presente no município com fins a fomentar ações sociais de conquista da terra. O que pode ser observado neste município, é que no curso da história todas as ações e projetos voltados para o campo partiram de ações governamentais e/ou privadas, com financiamentos vindos principalmente da união. Estamos falando de um município que depende em 98,4% de fontes externas (IBGE, 2022). E, nesse sentido, o PMDSS, foi um importante instrumento de construção de várias



ações para melhoria da vida no campo, embora descontinuadas. É comum encontra na zona rural do município prédios abandonados ou ocupados por particulares, onde deveria estar funcionando posto de saúde, creches, associações e fábricas, fruto do descaso e da descontinuidade de projetos fundamentais a vida no campo.

Partindo dos dados sociodemográficos que apontam a situação política, social e econômica enfrentada por Serrinha, no curso do tempo, percebe-se que não se pode partir de conjecturas homogêneas e uniformes, para identificar as trajetórias educacionais voltadas para o aluno do campo. Em Serrinha uma pergunta norteia todo o cenário da semântica discursiva: quem são os alunos do campo? Se na cidade ou no campo o aluno tem as mesmas vivências e experimentam as mesmas conexões. Como podemos mensurar as ações pedagógicas voltadas para o aluno do campo?

Como aponta Ribeiro (2008), no país, a falta de políticas educacionais específicas para a educação rural, na história da Educação, é reconhecida por inúmeros autores e no caso de Serrinha/RN é possível observar mediante a pesquisa, que além dessa ausência de políticas voltadas para educação no campo, existem um processo de generalização das práticas de ensino que aparece claramente na fala dos entrevistados e se confirma no exercício das ações administrativas da secretaria de educação do município. A organização desse espaço sinaliza em sua trajetória um rompimento com as tendências dos estudos de educação rural e/ou no campo, embora apresente um discurso semântico de convergência com os estabelecidos pela legislação educacional (Estadual e Federal). Acaba sendo um espelho de tipicidade de outros municípios do interior do Brasil.

No processo de constatações seria possível apontar caminhos de ruptura com o universo da indiferença gerado e/ou forjado nos arranjos burocráticos? Em particular o que descreve Renato Lessa, ao menos sabedores de que a indiferença produz um circuito de indiferenças:

Há que pensar, ainda, na naturalização da indiferença, em sua fixação como atributo humano inalterável. Tal movimento se manifesta de forma explícita na erosão da vida pública e na extensiva comodificação da vida social. A cultura da diferença parece ser um poderoso coadjuvante desse processo: éticas vetustas que clamam por um pertencimento universal devem ceder lugar a uma paisagem povoada por identidades mais nítidas, internamente densas e indiferentes ao que mais não seja. (LESSA, 2009, p. 2).

E, assim, produzir conexões com o princípio da não-indiferença abordados por Lessa (2009) e pensadores “clássicos” como Protágoras e Rousseau.

Um olhar sobre os processos burocráticos de produção de documentos, lei, normas e regras é necessário para compreender o que de fato é executado, em se tratando da escola no

campo, e, por outro lado, o que fica apenas na esfera do discurso.

O professor necessita manter um olhar crítico sobre suas práticas, para sempre disposto a colocar em xeque suas conjecturas, opiniões e pré-conceitos. Principalmente quanto ao fazer humano condiciona. As narrativas das entrevistas dos interlocutores da pesquisa, professores e coordenador, desnuda um imaginário presente sobre o viver e as práticas da vida do campo e da vida na cidade. Como que de forma mágica colocando as pessoas numa condicionante de caixinhas, onde tudo se justifica e/ou explica-se pelo meio. Como se não houvesse possibilidade de conexões entre os espaços rural e urbano ou onde essa conexão tivesse que partir sempre da cidade em relação ao campo. Importa dizer que o município de Serrinha tem exatamente essa configuração, ao quais os agentes da pesquisa parecem relutar em admitir, talvez pelo próprio processo de individuação dos próprios entrevistados. Nesse município é comum essa relação de interconexão entre rural e urbano e a vida se dá nesse mesmo fluxo, onde fica difícil definir espaços tipificados do urbano ou do rural.

Outra constatação está relacionada à importância que as pessoas dão a uma função remunerada no espaço etnográfico da pesquisa. E aqui podemos entender que em um município pequeno, onde as oportunidades de trabalho remunerado são mínimas, estar a serviço da burocracia, torna a pessoa, automaticamente pertencente a uma casta socioeconômica superior. Primeiro por simbolizar detenção de capital financeiro e nesse sentido mesmo o professor é mais reconhecido localmente por seu capital financeiro que pelo capital intelectual, agregando a essa visibilidade o fato de essas pessoas estarem num espaço de comunicação direta com a estrutura política e administrativa local. Dessa maneira a produção da indiferença em níveis de desumanidades podem atingir os mais cruéis patamares, em municípios tipificados do interior do Brasil, onde as esferas investigativas e punitivas de abusos no serviço público estão distantes e localizadas em polos maiores, normalmente próximos e/ou na capital.

A semântica discursiva carrega uma lógica explicativa para as atitudes individuais e coletivas e seria necessário em outro momento poder ouvir os alunos e seus familiares para poder entender como se dá suas justificativas quanto ao entendimento dessas relações, já que o foco deste trabalho foram os professores em ação no campo educacional do município. Aqui se produz um olhar direcionado ao fazer do Estado na ação do fazer educacional do professor.

Em suma, esse trabalho objetivou contribuir com uma reflexão que aponta para Herzfeld, quando busca problematizar a identidade do “Ocidente”, buscando propiciar um incômodo produtivo, e dessa maneira, quem sabe, “oferecer uma perspectiva sobre como as

“pessoas lidam com as forças que tentam controlar quem elas são” (HERZFELD, 2016).

A condução e definição da coleta de dados para esta pesquisa foi definida a partir de um estudo de artigos publicados sobre o assunto, das leis e documentos que regem a educação do campo na esfera federal, estadual e municipal, da base de dados de observações do campo etnográfico, dada a tipicidade e representatividade que este espaço representa dentro do universo temático da educação no campo. Em particular o histórico de distanciamento que o município se encontra geograficamente de grandes polos agrários e da influência de “acirramentos ideológicos”, em se tratando das lutas pela terra no Brasil. Embora, ali também se dá um processo ideológico do uso da terra e da vida no campo e na cidade, porém não por meio da lógica apresentada por Damasceno e Beserra (2004) e por Ribeiro (2008); quanto aos elementos de compreensão da permanência da pessoa no campo e da importância da escola do campo.

O lócus da pesquisa está norteado por uma lógica filosófica que se aplica ao que Bachelard (1993, p. 15) vai explicar em *A Poética do espaço*, onde a “casa é nosso canto no mundo”. As pessoas não fazem associação de aquisição do espaço: casa, terreno e/ou terra, do “seu pedaço de chão”, como muitos costumam definir no discurso, quando estão falando sobre seus projetos e aquisições de moradia. Não existe a lógica do direito ou de qualquer uma referência ideológica, que pudesse ser alinhado com o histórico de lutas e reivindicações pela terra no Brasil.

Tal fenômeno é possível compreender quando se analisa a atuação do sindicato rural e da Igreja Católica no município. Uma atuação que sempre esteve vinculado ao *status quo*, sem representatividade e sem instrumentos de alcance de valores ideológicos que impulsionassem as práticas das pessoas em qualquer direção que propusesse uma visão menos romantizada do espaço.

Importa compreender como dentro de uma realidade onde a pedagogia da alternância, é algo totalmente desconhecido e também nessa sequência as ações de mobilização impulsionadas pelos movimentos religiosos e também de militância no campo como atualmente empreendido pelo MST. Como dentro desse universo de distanciamento é vivenciada a escola no campo e as perspectivas de continuidade e descontinuidade de ações para essa realidade da escola do campo?

A partir destes apontamentos foi possível selecionar o caminho a percorrer e focar no fazer do professor, diretamente responsável pelas práticas de ensino dentro da sala de aulas, e que ao mesmo tempo, é o foco de toda a pressão e tensão canalizada pela esfera pública de controle e regulação das práticas de ensino que em linhas gerais representam para esse

indivíduo o Estado e que por ironia do destino esse professor dentro da sala de aulas é a personificação do mesmo Estado, em representatividade para o aluno. Principalmente quando este está impulsionado da norma e da regra dentro da sala.

Numa compreensão alinhada com o conceito definidor da modernidade em Foucault, “a disciplina – um instrumento de dominação e controle destinado a suprimir ou domesticar os comportamentos divergentes” (FERRARI, 2008, p. 2). Assim definido a entrevista com dois profissionais da educação que atuam como professores mais que já estiveram em direção de escola e coordenação pedagógica e que também vivenciaram o processo da implantação do nuclearmente de escolas do campo no município de Serrinha-RN em 2012.

E para acompanhar a visão atual de quem está à frente da coordenação do município, o coordenador geral também foi entrevistado, para assim, melhor relacionar os dados coletados na pesquisa em consonância com o estabelecido na semântica discursiva dos entrevistados. Nosso propósito foi atingir uma visão mais geral possível por parte do interlocutor da pesquisa partido da análise crítica do conteúdo na ótica de Laurence Bardin, para quem a função primordial da análise do conteúdo é o desvendar crítico (BARDIN, 2011, p.15). E assim poder contribuir com o campo científico no aporte a tipicidade e representatividade do campo etnográfico da pesquisa e poder contribuir com ações localizadas articuladas no propósito ao exercício da cidadania na vida das pessoas no campo e/ou na cidade em contextos de ruralidades.

#### **4.1 DA LEI, DO FAZER E DO FALAR**

As questões apresentadas aos entrevistados estão divididas em três eixos e os questionamentos foram apresentados da mesma maneira para o Entrevistado I (2020, informação verbal), Entrevistado II (2021, informação verbal) e o Entrevistado III (2021, informação verbal). Primeiro eixo sobre o entendimento do que é escola do e/ou no campo e o processo formativo e profissional do entrevistado. O segundo eixo de questões foi sobre a realidade da escola e as experiências de convivência com os alunos do campo e da cidade. E o terceiro eixo foi sobre a análise que o entrevistado faz sobre sua atuação, a atuação do estado, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, em relação ao fazer docente e a relação com a temática da escola do campo. Dessa maneira os três eixos de questões busca abordar toda a estrutura de atuação do fazer docente desde o processo formativo pelo qual a pessoa foi “afetada”, passado por sua atuação na área e as implicações do fazer do Estado sobre sua atuação profissional. Tudo mediatizado pela esfera da semântica discursiva e pela análise do



discurso.

No primeiro eixo de questionamentos é possível perceber que quanto ao processo formativo dos entrevistados todos negam ter passado por formação voltada para a educação no campo. Embora os três professores entrevistados sejam formados em pedagogia e tendo cada um deles, uma segunda graduação em áreas específicas outras também na educação. Ambos alegaram que não se lembram de ter visto nada detalhado em seu processo formativo sobre a educação no campo.

O Entrevistado I (2020, informação verbal), afirmou “lembro-me que vi alguma coisa sobre o assunto, porém muito vago”. Esse processo de negação situado dentro de um contexto de atualizações do histórico de formação e atuação profissional, das narrativas onde o sujeito está articulando uma via de defesas com uma lógica própria da semântica do estranhamento. Quando analisando os aspectos ideológicos desse discurso associado ao processo formativo de cada um dos entrevistados pode-se perceber que a semântica discursiva apresenta uma estratégia de não se comprometer com possíveis danos postos pela realidade atual do município. São três pessoas que tiveram acesso aos processos burocráticos de implantação das ações da escola do campo e que de alguma maneira tem conhecimento sobre as lacunas e/ou inferências do processo administrativo sobre o assunto.

Por outro lado, quando tratam do aluno dentro do processo da escola do campo, logo assumem um discurso uniforme já identificado em outras pesquisas como a de Zioli e Ichikawa (2019) quanto à formação de um discurso que parte de dois percursos semânticos: o da cidade como local de possibilidades melhores e o do campo como local do trabalho menos qualificado. No fragmento da fala de um dos Entrevistado II (2021, informação verbal) e Entrevistado III (2021, informação verbal), fica claro o preconceito estabelecido sobre o camponês como sinônimo de ser primitivo: “Hoje eles são mais calmos. Os meninos têm essa questão de violência bem acentuada. Era muito assim”. (Silêncio seguido de expressão facial de reprovação).

O discurso do professor torna-se mais preconceituoso quando o cenário local apresenta que apenas 10% dos alunos da única escola de ensino fundamental da cidade são residentes na cidade e o restante são alunos vindos da zona rural do município trazidos para a cidade através de transporte escolar. Já para o coordenador do município os alunos da cidade e da zona rural são iguais não tem diferença de comportamento nem de perspectivas de futuro. Desta forma busca justificar o fato de o município não ter um currículo voltado para educação no campo mesmo tendo quatro núcleos de escola do campo.

De fato, o município de Serrinha-RN, tem essa particular composição de conexões

entre o mundo rural e urbano dentro de um contexto mais de ruralidades, porém no que tange as práticas de ensino prevalece o domínio do urbano com todo o processo de rompimento das estruturas de amparo a pessoa do campo e a escola serve de instrumento, mesmo nos núcleos de escola do campo de afirmação dos contextos de urbanidades, numa lógica de defesa da capacidade dos estudos de possibilitar melhores oportunidades de trabalho, e a cidade sendo esse espaço que privilegia as condições ou capital necessário (ALTHUSSER, 1985; BOURDIEU, 2011, 2013A).

O falseamento da realidade dos sujeitos, em Serrinha, está norteado por um processo histórico de expropriação da pessoa e de negação as condições socioeducacional que possibilite produção de renda e garantias de permanência no campo. Inclusive sendo a escola esse instrumento de fomento ao êxodo rural e ao processo migratório campo cidade que tem promovido um déficit habitacional no município ao longo dos anos. Tornou-se uma prática comum no campo em Serrinha os jovens em idade de trabalho migrar para a grande Natal em busca de oportunidades de trabalho que dê um aporte financeiro aos demais familiares que continuam residindo no município.

O primeiro eixo de questões foi imediatamente interligado ao segundo e terceiro eixo dentro do processo de entrevistas. Sobre a realidade da escola os entrevistados, demonstraram por meio de seus relatos que não existe definição de metas claras e objetivas quanto ao fato de a realidade das escolas do município ter massivamente um alunado vindo do campo. Não existem alinhamentos nesse sentido e ao que se apresentam os núcleos de escola do campo são apenas nomenclatura que servem a um processo desconhecido de conformação a norma e/ou a regra. Apresentando indícios de irregularidades no processo que, notoriamente, segue sem critérios de investigação e avaliação das práticas realizadas. O próprio estado não oferece as condições específicas necessárias aos alunos do campo. Quando analisamos a realidade do ensino médio no município, a situação é ainda mais agravante, com apenas uma escola de ensino médio, o Estado está implantando a modalidade de ensino integral no município sem levar em consideração que em média 90% de seus alunos são provenientes da zona rural e que nesse município as pessoas vivem guiadas por períodos sazonais divididos em duas estações: as das chuvas chamadas de inverno e as da estiagem também chamadas de seca e/ou estação seca.

O Entrevistado I (2020, informação verbal), atribui a responsabilidade à falta de material didático, e a um suporte oferecido ao município por parte do Estado. Porém, em nenhum momento responsabiliza o município por parte alguma nesse processo. Firma-se nesse discurso o processo de dominação que se estabelece no âmbito local das instituições

sobre os indivíduos dentro do processo de burocratização na “luta simbólica comum”. Como narrado por Herzfeld, 2016, em instância de proporções o maior culpado é sempre “o governo”. Para o Entrevistado I (2020, informação verbal): “Com o processo tecnológico os alunos não se veem mais como do sítio”.

Observa-se uma sequência discursiva que volta a legitimar as práticas de ensino que atualmente são oferecidas na rede municipal e estadual de ensino no município. Contata-se toda uma estrutura semântica discursiva, tanto por parte dos dois professores, quanto por parte do coordenador do município, que objetiva a legitimação de uma educação voltada para a vida na cidade. Ao analisar esse perfil, assumido no discurso dos entrevistados, é possível constatar dois fatores determinantes: primeiro, a ausência de um processo formativo que contemplasse a realidade múltipla e complexa do território brasileiro, sendo necessária uma avaliação das práticas curriculares do ensino superior ante a realidade da escola do campo no Brasil e, por outro lado, um olhar centrado em uma visão de mundo que parte do urbano como modelo de vida e oportunidade. Um espaço de hegemonia de ideologias de urbanidades onde não comporta do espaço da ruralidade.

Existe uma conformação do discurso a uma realidade cruel onde à vida se resume ao relato sobre a Cidade. “O tempo é tudo, o homem não é nada na medida em que um operário só se distingue do outro pela quantidade de trabalho (materializado em mercadorias) que é capaz de produzir” (CARLOS, 2008, p. 20). Está impregnada no discurso dos professores entrevistados a legitimação do domínio urbano sobre as práticas dos indivíduos e tudo aquilo que não confirma esse olhar é visto com estranhamento, com receio, como sinal de primitivismo e animalidade.

## **5 CONCLUSÕES**

Conclui-se esta pesquisa, compreendendo que as ideologias dominantes no universo de aplicação das práticas de ensino são introduzidas nos estudantes a partir das relações estabelecidas pelos professores, instrumentalizados inicialmente pelo processo formativo que cada um passou e na sequência por sua inserção no campo de trabalho. Dessa maneira, o professor que poderia propiciar um espaço de abertura reflexiva ao aluno sobre suas práticas e vivências, levando a resignificar seu fazer e viver, o professor com todo o aporte burocrático que dispõe, legitima os processos hegemônicos de dominação da ideia de vida na cidade com todos os fatores ideológicos carregados por essa concepção. São processos de condução as exigências do mundo capitalista sem a necessária formação de uma criticidade para o

rompimento com a exploração e dominações sejam no campo ou na cidade.

Se o professor tem um papel central dentro do processo de alienação do estudante a essa visão de vida norteadada pelo espaço da cidade, apesar de esse aluno ter outras fontes de indução nesse processo, em outros espaços e por meio de contatos vários, é com o professor diariamente que ele é metodicamente introduzido nesse universo performático. Desta maneira, o professor é peça central nos processos de rompimento com essa estrutura e toda e qualquer ação que tenha esse objetivo deve ter claro a importância do professor como protagonista destas ações no espaço de inserção da escola do campo.

No espaço etnográfico da pesquisa também fica claro o papel do professor, no processo de legitimação do poder local e de seu corpo burocrático. O professor é um personagem central na representação, explicação e legitimação dessa estrutura de poder que passa mais pela própria postura do professor em sua “performance”, do que pelo que é apresentado e/ou oferecido ao aluno na sala de aulas.

O estudo realizado sinaliza para a necessidade de um ordenamento nos processos educativos no Brasil e nas várias práticas e modalidades de ensino. Um país continental precisa de políticas de Estado que sejam claras e objetivas e que contemplem as múltiplas realidades. Não será possível conduzir processos formativos aleatórios sem acompanhamento, planejamentos, avaliações. E principalmente fiscalização sobre as práticas realizadas.

Por fim, ressalta-se que, em Serrinha, não é possível, devido às distâncias, estar no centro do debate da pedagogia da alternância e dos intercâmbios ideológicos dos movimentos de base e do MST, sendo que essa distância não foi suficiente para proteger a escola do campo dos processos de legitimação de uma educação para a cidade, instituída pela forma de violência simbólica oferecida pelo Estado, e tendo como principal agente o professor.

## **AGRADECIMENTOS**

O presente trabalho foi realizado como pré-requisito a conclusão da Pós-graduação em Sociologia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, tendo como Orientador o Professor Doutor Fábio da Silva Rodrigues a quem agradecemos todo empenho e dedicação no auxílio pedagógico e técnico a pesquisa.



## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado.** Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento;** tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 1985. 248p. (Antropologia, 5).

BEZERRA NETO, Luiz. **Educação rural no Brasil: do ruralismo pedagógico ao movimento por uma educação do campo.** Navegando Publicações. Uberlândia, 2016.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** Campinas, SP: Papyrus, 2011.

\_\_\_\_\_, (1983). **Questões de sociologia** Rio de Janeiro: Marco Zero.

\_\_\_\_\_, (1983b) **Sociologia** (organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática.

\_\_\_\_\_, (2013a) **O senso prático.** Petrópolis: Vozes.

BRASIL, Cristina Índio do. **Brasil tem 49 municípios com mais de 500 mil habitantes juntas, essas cidades representam 31,9% da população brasileira.** Agência Brasil. Publicado em 27/08/2021. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-08/brasil-tem-49-municipios-com-maisde500milhabitantes#:~:text=O%20estudo%2C%20que%20tem%20informa%C3%A7%C3%B5es,31%2C6%20milh%C3%B5es%20de%20habitantes.>> Acesso em: 10 fev. 2022.

CAMBI, Franco **História da pedagogia/** Franco Cambi; tradução de Álvaro Lorencini. - São Paulo Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999 - (Encyclopaedia).

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade.** 2ªed. São Paulo: Contexto, 2008.

DAMASCENO, Maria Nobre; BESERRA, Bernadete. **Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas.** Universidade Federal do Ceará. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 73-89, jan./abr. 2004. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ep/a/9pR4SJPQLNqFb6mhkxKN6QR/?format=pdf&lang=pt.>> Acesso em: 2 fev. 2022.

FERRARI, Márcio. **Michel Foucault, um crítico da instituição escolar. 07/10/2008,** Nova Escola. Disponível em: < <https://novaescola.org.br/conteudo/1522/michelfoucault-um-critico-da-instituicao.>> Acesso em: 10 fev. 2022.

GOFFMAN, E. **A representação do Eu na vida Cotidiana.** 14ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

HERZFELD, Michael. **A produção social da indiferença: explorando as raízes simbólicas**

**da burocracia ocidental.** Michel Herzfeld; tradução de Flavio Gordon. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. - (Coleção Antropologia)

IBGE. **Dados das Cidades e Estados do Brasil, 2021.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 18 set. 2021.

IBGE. **Dados das Cidades e Estados do Brasil, 2022.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 10 fev. 2022.

LEMOS, Josenildo da Silva. **"Sô daqui e sô de lá, mas moro na estrada": um estudo de narrativas de vida que se constroem no curso da mobilidade no Agreste do Rio Grande do Norte.** 2017. 116f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

LESSA, Renato. **Da indiferença em primeiro lugar.** Artepensamento, 2009. Disponível em: < <https://artepensamento.ims.com.br/item/da-indiferenca-em-primeiro-lugar/> /> Acesso em: 15 fev. 2022.

MARTINS, F.R.; SANTOS, F.A.M. **Contexto atual da Questão Agrária e seu papel no desenvolvimento brasileiro à luz das proposições de Caio Prado Júnior.** In: MATTEI, Lauro Francisco (org.). A questão agrária no desenvolvimento brasileiro contemporâneo. Florianópolis, Editora Insular, 2013, p. 15- 27. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/5559/4371>> Acesso em: 10 fev. 2022.

NIZET, Jean & RIGAUX, Natalie. **A Sociologia de Erving Goffman.** 1ªEd. Petrópolis: Vozes, 2016.

NOBRE, Maria Cristina de Queiroz, (2017). **Herança familiar na política: retrato dos limites da democracia no Brasil contemporâneo.** ARTIGO TEMA LIVRE • Rev. katálysis 20 (03) • Sep-Dec 2017 • < <https://www.scielo.br/j/rk/a/bqWZb68RTf7RLyDfQkChngh/?lang=pt#>> Acesso em: 10 fev. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA/RN. **PMDSS: Plano de Desenvolvimento Sustentável de Serrinha.** Serrinha, 1997.

RIBEIRO, Marlene. **Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.34, n.1, p. 027-045, jan./abr. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/KMvyDjXDzMxS4FmpdR7tS6M/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 2 fev. 2022.

**Rio Grande do Norte atinge 3.560.903 de habitantes, diz IBGE,** <<https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2021/08/27/rn-atinge-3560903-milhoes-de-habitantes-diz-ibge.ghtml>> Acesso em: 28 set. 2021.

SANTIAGO, Paulo Rubem. **A seca, o desenvolvimento e a emancipação da dominação capitalista.** Recife, 27 de janeiro de 2017 – Centro de Educação da UFPE. Disponível em: <[https://www.gov.br/fundaj/pt-br/canais\\_atendimento/sala-de-imprensa/destaques/observa](https://www.gov.br/fundaj/pt-br/canais_atendimento/sala-de-imprensa/destaques/observa)>

[fundaj-1/observa-fundaj/documentarios-e-estudos-sobre-as-secas/asecaodesenvolvimentoaemancipacao.pdf](https://fundaj-1/observa-fundaj/documentarios-e-estudos-sobre-as-secas/asecaodesenvolvimentoaemancipacao.pdf).> Acesso em: 10 fev. 2022.

SCHENATO, Vilson Cesar. **A síntese entre objetividade e subjetividade mediada pela noção de habitus em Bourdieu.** Revista Perspectivas Sociais. Pelotas, Ano 1, N. 1, p. 31-46, março/2011. Disponível em:  
<[file:///C:/Users/Josenildo/Desktop/BACKUP/DOCUMENTOS/Downloads/2345-3390-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Josenildo/Desktop/BACKUP/DOCUMENTOS/Downloads/2345-3390-1-PB%20(2).pdf)>. >Acesso em: 2 fev. 2022.